

Funções multiplicadas

ESTADO DE SÃO PAULO

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, está ocupado em engajar-se de corpo inteiro na *cruzada* ora proposta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Com certeza, tomado da maior boa vontade, S. Sa. vem tentando não deixar de lado um único detalhe do roteiro de intenções, apresentado em cadeia de rádio e televisão, proposto pelo presidente para garantir "um ensino de boa qualidade".

O roteiro é extenso e abrangente. Nele, quase nenhum detalhe do universo educacional foi esquecido. Exatamente por isso, pela grandeza das intenções alegadas, chega a ser algo preocupante. Porém, como ambição é elemento essencial de qualquer caminhada, pretenciosa ou não, miremos o maior para termos o possível. Guardadas as devidas proporções que o bom senso exige, é o caso específico da mais que necessária, obrigatória, vigilância sobre a utilização dos recursos educacionais.

"Não resta dúvida alguma de que o capítulo da guarda e bom uso desses parques recursos sinaliza talvez o aspecto mais dramático de todas as misérias que compõem o que costumamos chamar de sistema escolar brasileiro. O presidente Fernando Henrique foi muito claro ao insistir que, se a educação de qualidade é "prioridade número um" do governo, a "primeira providência" para que isso saia do papel é garantir que o dinheiro do contribuinte para o Ensino Básico chegue a quem de direito "diretamente"! O presidente quis enfatizar tal à idéia, a ponto de optar por *traduzir* o que pretendia dizer com diretamente: "sem desperdícios nem desvios", com o recurso batendo à porta, em vão sem escala, de cada uma das 200 mil escolas públicas deste país. Ocupado talvez em cumprir do melhor modo o que é sua função, o ministro da Educação comunicou o modo com que vai executar a precisa e saudável determinação presidencial. Nesse ponto arranhemos aquela área perigosa em que o ótimo é inimigo do bom, em que as boas intenções são tais e tantas que empurram ladeira abaixo o que era o objetivo nº 1 pretendido.

O ministro Paulo Renato infor-

mou que o MEC possui R\$ 300 milhões para uso imediato, para custear escolas, não incluindo despesas de merendas e livros didáticos. É verdade que o ministro explicou que todo o programa de repasse direto começará apenas em alguns Estados da Federação, mas no próximo ano todas as escolas públicas deste país devem estar recebendo, "sem intermediários", as verbas do governo federal. Como o ministro já avisou, tal fato im-

plica sério programa de controle, porque afinal se trata de recurso público federal; e, como tal, sujeito à vigilância do Tribunal de Contas da União. Aqui começa problema que não é de somenos importância. Estaria o TCU equipado para lidar com o aporte novo de trabalhos? Hoje, o controle do repasse de tais recursos é feito via instrumentos institucionais tradicionais, com o controle via prefeituras. Este, como sabemos todos, é falho, passível de todo tipo de malversação, corrupção, pequenas e grandes. Substituí-lo, numa única penada, por uma instância direta eliminará os problemas conhecidos ou criará novos, ainda mais complexos?

Está prometida a instituição de uma série de convênios de instrução para os diretores sobre como utilizar as verbas e, é claro, presume-se, como prestar contas na boa forma da lei ao TCU. Tal prestação exige algum conhecimento técnico específico, domínio de uma linguagem burocrática, orçamentária, que com certeza será necessário tempo — talvez muito tempo — até que destreinados diretores assimilem. Enquanto o conhecimento não chega — sempre muito mais lento do que o caminhar de merenda, por exemplo — o que teremos no cotidiano escolar das esquecidas unidades de ensino dos grotões do Brasil? Criaremos uma "sub-burocracia" em cada escola, treinada aos poucos na arte de prestar contas de gastos minúsculos? E quando uma rejeição de contas acontecer, porque o mero rigor formal contábil não foi atendido, sacrificaremos um bom diretor de escola por ter sido um mau contador? Principalmente por esta não ser nem sua função profissional, nem sua obrigação.

2 DE FEVEREIRO DE 1995
**Não desperdiçar
dinheiro da
Educação exige
mais do que
entrega direta de
verba às escolas**